

11 - 2 | 2023

Os megaprojetos em Cabo Delgado: um olhar sob perspectiva de deslocações ambientais

Megaprojects in Cabo Delgado: a look from the perspective of environmental displacements

Ana Lúcia César Machanguia

Versão eletrónica

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 27-08-2023 Páginas: 11

Editor

Revista UI_IPSantarém

Referência eletrónica

Machanguia, A. (2023). Os megaprojetos em Cabo Delgado: um olhar sob perspectiva de deslocações ambientais. *Revista da UI_IPSantarém. Edição Temática Unificada*. Número Especial: III Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia. 11(2), 191-201. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v11.i2.32796>

OS MEGAPROJECTOS EM CABO DELGADO: UM OLHAR SOB PERSPECTIVA DE DESLOCAÇÕES AMBIENTAIS

**Megaprojects in Cabo Delgado: a look from the perspective of environmental
displacements**

Ana Lúcia César Machanguia

Instituto Superior Mutasa, Moçambique

ismudelegadamaputo@gmail.com

RESUMO

Quando se fala da economia moçambicana na atualidade é quase impossível não se olhar para a importância dos megaprojetos neste processo, uma vez que com a explosão dos recursos naturais a configuração das províncias e do país no geral tomou novas abordagens tanto ao nível social e económico quanto ambiental. Neste contexto, quando olhamos para a natureza do tema pesquisado assumimos que não podemos falar dos deslocados internos sem olhar para os impactos que os megaprojetos tem nesta camada da sociedade moçambicana. Esta pesquisa tem como objectivo analisar sob ponto de vista ambiental e económico, os impactos da implantação de megaprojetos em Cabo Delgado na vida dos deslocados internos. A pesquisa é relevante para o país em particular e para a comunidade internacional no geral pois, para um desenvolvimento sustentável é necessário a consciência sobre a forma como se implanta e explora o capital natural (recursos naturais) sem colocar em causa a extinção dos mesmos e nem a transformação do meio ambiente. Este trabalho usou o tipo de pesquisa bibliográfica através de consulta de literatura ligada ao tema aliada a abordagem qualitativa, sob alçada do método analítico e comparativo.

A falta de acesso de recursos naturais vitais costeiros, deslocações internas são preocupações que as comunidades locais têm com a implantação dos megaprojetos (Cunha, 2019), Migrações internas, impactos ambientais, sociais, culturais, disputas territoriais (Mussagy: 2013) guerras e conflitos entre indivíduos de baixa renda Wise (2018) são desafios para a província.

Palavras-chave: Moçambique, Megaprojetos, Meio ambiente; Deslocações Ambientais.

ABSTRACT

When we talk about the mozambican economy today it is almost impossible not to look at the importance of megaprojects in this process, since with the explosion of natural resources the configuration of the provinces and the country in general took new approaches both socially and economically and environmentally. In this context, when we look at the nature of the researched theme, we assume that we cannot speak of internally displaced people without looking at the impacts that megaprojects have on this layer of Mozambican society. This research aims to analyze from an environmental and economic point of view the impacts of the implementation of megaprojects in Cabo Delgado on the lives of internally displaced people. The research is relevant for the country in particular and for the international community in general because, for sustainable

development, awareness is needed about how natural capital (natural resources) is implemented and exploited without destitution of their extinction or the transformation of the environment. This work used the type of bibliographic research through literature consultation related to the theme allied to the qualitative approach, under the perspective of the analytical and comparative method. The lack of access to vital coastal natural resources, internal displacements are concerns that local communities have with the implementation of megaprojects (Cunha, 2019), Internal migrations, environmental, social, cultural impacts, territorial disputes (Mussagy: 2013) wars and conflicts between low-income individuals Wise (2018) are challenges for the province.

Keywords: Mozambique, Megaprojects, Environment, environmental internally displaced persons.

1 INTRODUÇÃO

Para além da Rússia, Irão e Qatar, Moçambique tem sido apontado como o país que ocupa a 4ª posição em termos de descoberta de recursos naturais no mundo segundo o Relatório de Impacto Ambiental (REIA, 2014) facto que faz com que nos últimos 20 anos haja implantação de Megaprojectos nas diferentes províncias do País em específico em Cabo Delgado que para além da Sasol, está Anadarko Petroleum e a Eni multinacional petrolífera italiana com interesses do gás natural Liquefeito (GNL) na Bacia do Rovuma.

Apesar de apresentar características económicas aceitáveis, a província tem passado por várias situações difíceis socioeconómicas, políticas e Ambientais, por exemplo pobreza, terrorismos e problemas ambientais. Segundo ACNUR (2020) e Feijó (2021) a passagem do ciclone Kenneth e o actual evento de terrorismo deslocou cerca de 1 milhão de pessoas nem Cabo Delgado.

A presente pesquisa pretende objectivar uma análise sobre a interferência dos megaprojectos no escopo ambiental, uma vez que hoje não se pode falar da sustentabilidade económica de qualquer lugar sem a componente meio ambiente. Com base neste objectivo e para além do enquadramento conceitual abordar-se-á sobre os impactos económicos e ambientais como também para a vida das pessoas deslocadas e por fim ficarão as últimas considerações.

O artigo é pertinente para dar respostas as várias lacunas políticas, de legalidade e do desenvolvimento sobretudo das comunidades desfavorecidas como é o caso desta província do Norte que não conhecendo os seus direitos, como de informação, de tomada de decisão e de justiça, ou seja, direitos fundamentais, se conformam na pobreza.

2 MÉTODOS

Este artigo usa abordagem teórica alicerçada no tipo de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é aquela que conta com obras bases que desempenham a função de guia para este dar a investigação e garantir a mais sólida cientificidade possível (AA.VV, 1997) ou seja, consiste no levantamento de toda a bibliografia já publicada visando colocar o pesquisador em contacto directo com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto de cada etapa para alcançar a finalidade pretendida (Lakatos&Marconi, 1995).

O método da presente pesquisa é analítico comparativo. Foi possível fazer uma comparação das diferentes linhas de pensamento que permitiu avaliar criticamente a solidez das bases da possibilidade dos megaprojetos em Cabo Delgado e sobre a sua interferência no escopo ambiental e económico (AA.CV, 1997).

A natureza é qualitativa. Com análise qualitativa permitiu que o artigo passasse por três fases. Da redacção, que compreende o processo de selecção inicial e analítico, seguida da fase de apresentação, desenvolvimento coerente do artigo com base na auscultação de várias informações e a terceira fase conclusiva ou de verificação (AA. VV, 1997).

Assim, em conformidade com a metodologia estabelecida, far-se-á uma abordagem que passará por etapas, entre capítulos e subcapítulos cujo principal objectivo é analisar os Megaprojectos em Cabo Delgado olhando para a vertente ambiental.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Antes de mais, importa compreender em que circunstâncias estamos diante de um megaprojeto, seu conceito e características. Citando Castel-Branco (2008) Mussagy (2013) apresenta a seguinte definição de megaprojetos.

"Os Megaprojetos são atividades de investimento e produção complexas, que geram várias incertezas e com características muito especiais. São projetos de grande magnitude e que criam impacto nos negócios próximos, residências e ambiente, seu orçamento é definido pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e o impacto na produção e comércio, é enorme." (Mussagy, 2013: 3)

Pela definição apresentada compreende – se as dinâmicas de produção dos megaprojetos contribuem para a mudança da comunidade a todos os níveis. Estas mudanças foram e são evidentes em Moçambique vislumbrado pela proliferação de migrações internas para os locais de instalação dos projetos (na maioria das vezes a procura de emprego), impactos na socialização dos estrangeiros em relação aos nativos, impactos ambientais, económicos e culturais. William Petersen define como migração o movimento relativamente permanente de pessoas ao longo de uma distância significativa, dizendo que o tempo mínimo de permanência deverá ser um ano, sendo esse movimento classificado como visita se for inferior, e que por “distância significativa” podem existir vários entendimentos, nomeadamente geográficos e sociais, ambientais etc. (Petersen, 1968: 286 e 287).

No protocolo, a definição de deslocados internos vem definido da seguinte maneira:

“Os deslocados internos são pessoas ou grupos de pessoas obrigadas, a fugir ou deixar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um estado” (ONU, 1998: 15).

EL-Hinnawi citado por Queiroz e Garcia (2015) no seu artigo intitulado aos deslocados ambientais, o termo refugiado ambiental e deslocado interno por razão ambiental tem significação referindo o seguinte: “Todas as pessoas deslocadas podem ser descritas como refugiadas ambientais, dado que foram forçadas a sair do seu habitat original ou saíram a buscar uma maior qualidade de vida”

Enquanto para Queiroz e Garcia (2015) refugiados ambientais são todos aqueles forçados a deixar o seu habitat natural, temporária ou permanentemente por causa de uma marcante perturbação ambiental e que não contempla mudanças químicas, físicas, biológicas no ecossistema ou na base de recursos que o tornem a vida humana. Apesar de várias opiniões, para este artigo, considera deslocado interno por razões ambientais todo o indivíduo que tenha se movimentado temporário ou não dentro da sua província ou país por causa de problemas ambientais. Problemas ambientais na óptica de Serra (2018) são os derivados de mudanças climáticas que provocam desastres naturais.

Voltando para os megaprojetos, o primeiro exemplo visível foi a aparição da VALE-Moçambique na província de Tete, que para além j dos aspetos evidenciados até trouxe défice de funcionários no aparelho do estado, pois as condições laborais oferecidas na altura eram atrativas para qualquer funcionário público.

De forma particular em Cabo Delgado também observou – se um cenário similar a entrada em vigor dos projetos ligados a exploração de recursos minerais, tanto de minérios como de hidrocarbonetos. De acordo com o mapa apresentado pela Cunha (2019: 29) nesta província destacam se a extração de petróleo, gás, carvão e outros minerais fósseis (Rubi, grafite, vanádio, mármore).

A discriminação destes minérios é sistematizada em um quadro olhando para os distritos em que eles são explorados, entretanto, aqui faremos a esquematização:

Areias pesadas - (Palma),

Carvão Mueda - (rio Lugenda),

Metais preciosos e semi-preciosos (turmalina, corundo, rubi, granada e safira) - Quase todos os distritos,

Grafite - Ancuabe e Balama

Ouro - Namuno, Ancuabe e Montepuez

Granitos e mármore Montepuez

Apesar das riquezas evidentes, esta província não apresenta o nível de desenvolvimento desejado a todos os níveis, nota-se a maioria dos investimentos de saúde, educação e fábricas estão mais concentradas na capital do país.

Para Castel-Branco (2008:1) Mega projetos são atividades de investimento e produção com seis características especiais:

A sua dimensão, definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e impacto na produção e comércio, é enorme;

Os megaprojetos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego direto proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio;

São geralmente concentrados em torno de atividades mineiras e energéticas;

São estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução económica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado, na produção e no comércio;

Os megaprojetos são área quase exclusiva de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios;

Os custos de insucesso (ou sunkcosts) são altíssimos por causa da dimensão e complexidade destes investimentos.

Com as características dos megaprojetos apresentadas pelo autor, podemos afirmar que em Moçambique estes emergiram muito por conta das especiarias locais e extração de minérios. Assim de forma específica, não podemos falar de megaprojetos em Cabo Delgado sem mencionar antes os primeiros dois megaprojetos do país: gasoduto da SASOL e a expansão da fundição de alumínio MOZAL II uma vez que de acordo com Mussagy (2013), foi na sequência destes que em 2021 a AnadarkoPetroleum divulgou a existência de extensas reservas de gás natural em Cabo Delgado, colocando Moçambique no quarto lugar ao nível mundial em reservas de gás natural, atrás da Rússia, Irão e Qatar.

4. DISCUSAO DE RESULTADOS

O Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA: 2014), documento realizado para apoiar o governo na tomada de decisão sobre as recentes descobertas de recursos naturais em Cabo Delgado afirma o seguinte:

"O gás natural descoberto na Bacia do Rovuma, na costa norte de Moçambique, encontra-se entre as descobertas mais importantes do mundo nos últimos 20 anos. A Anadarko Moçambique Área 1, Lda (AMA1) detém os direitos de pesquisa, desenvolvimento e produção das reservas de gás natural na Área 1 offshore da Bacia do Rovuma e a Eni África Oriental S.p.A (eni) detém direitos semelhantes para pesquisa, desenvolvimento e produção na Área 4 offshore da Bacia do Rovuma. Estas áreas são adjacentes uma à outra e em cada uma delas foram descobertos reservatórios de gás ou campos de gás. A AMA1 e a eni são os proponentes do Projeto e estão a trabalhar em conjunto na elaboração de um plano

de desenvolvimento conjunto para desenvolver uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) e respetivas infraestruturas para conversão do gás natural para o estado líquido e exportação para mercados internacionais." (REIA, 2014: 11)

De acordo com REIA (2014) na sequência desta descoberta foi desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique com objetivo de reunir, processar e exportar o gás natural na forma líquida conhecido como GNL. Evidencia-se que o projeto compreende os três seguintes elementos importantes.

Alto Mar - perfuração de poços e instalação de gasodutos no leito do mar para ligar os poços e, em seguida, levar o gás natural para terra.

Próximo da Costa - construção de uma doca multi-usos e cais de exportação. A doca irá apoiar os navios e permitir que o equipamento e o material (para construção em terra) possam ser trazidos para terra. Os navios transportadores de GNL ficam atracados nos cais, enquanto são abastecidos com GNL.

Em Terra - construção e operação da instalação de GNL e todas as infraestruturas associadas como por exemplo, habitação, acampamento de construção, aeroporto, etc.

Olhando para as áreas definidas como sendo importantes para o desenvolvimento do projeto é possível compreender que este apresenta apenas estratégias de exploração e manuseamento do gás sem olhar para intervenção da comunidade local neste processo, igualmente sem pensar nos impactos socioeconómicos e ambientais que poderão surgir.

É importante frisar que no REIA (2014) faz-se uma abordagem detalhada dos impactos ambientais desta exploração a vários níveis. Entretanto, aqui iremos trazer apenas os pontos – chave desta abordagem.

O resumo dos impactos ambientais em alto mar olha para: Impactos devido à descarga de aparas de perfuração, devido a descarga de lamas residuais, devido à descarga de água de hidroteste, devido ao aumento do tráfego, devido à modificação do habitat.

Nestes itens de forma resumida podemos referir que devido a poluição e as escavações as espécies marinhas sofreram, uma vez que o seu habitat foi transformado, o que de certa forma poderá ter contribuído para extinção de algumas espécies.

Em relação ao Resumo dos Principais Impactos Ambientais Chave Próximo da Costa temos: Impactos devido à dragagem, devido à modificação da praia, devido ao aumento de ruído, devido a espécies invasivas exóticas, devido a descargas para a baía, devido a descargas de resíduos, devido à perda de um estuário e seus mangais, devido às zonas de exclusão de segurança.

Embora em cada item no relatório esteja associada um mecanismo de minimizar os impactos, existem situações que ao nosso ver serão impossíveis uma vez que por exemplo: se formos a olhar para construção de infraestruturas a beira da praia, as descargas e perda de mangais (quanto tempo se levaria para o reflorestamento), vão alterar por completo a estrutura inicial do ambiente.

Resumo dos Principais Impactos Ambientais em Terra: impactos devido a emissões atmosféricas, devido às emissões de gases de efeito estufa, devido à geração de ruído, para a paisagem visual, no solo, devido ao uso de águas subterrâneas, sobre a ecologia da água de superfície, sobre a vegetação, sobre répteis e anfíbios, sobre as aves, sobre os mamíferos.

Resumo dos Impactos Sociais Chave: devido ao deslocamento físico e económico, no turismo, devido à imigração, sobre a saúde comunitária, na economia local, regional e nacional, devido ao aumento do movimento de embarcações marítimas, sobre a arqueologia.

Embora assumamos que os impactos ambientais dos megaprojetos sejam difíceis gerir por conta de algumas alterações na socialização e desenvolvimento da comunidade afetada por estes, é

importante que existam medidas claras para fazer o devido acompanhamento, monitoria e controle do processo. É nesta ordem de ideias que são avançados alguns planos associados ao Projeto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique: Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), Plano de Gestão de Resíduos, Plano de Reabilitação e Desmobilização, Plano de Resposta a Emergência, Plano Inicial de Reassentamento. (REIA, 2014: 30)

A terem que ser devidamente articulados é importante referenciar que os planos sugeridos de facto poderão dar respostas as prováveis eventualidades que forem a surgir no processo de implementação do projeto. Olhando para o público-alvo da pesquisa (os Megaprojectos e deslocados internos por causas naturais) seria interessante verificar se o plano de emergência concebido teve algum poder interventivo nesta camada da sociedade, uma vez que ao nosso ver as mudanças climáticas que deram origem ao ciclone Kenneth podem ser associadas a implementação dos megaprojetos para além da exploração artesanal que muito se verifica na urbe.

Embora olhando para o contexto Brasileiro Da Silva (2016) falando sobre os efeitos sócio ambientais dos megaprojetos de mineração em Catalão/ Ouvidor, Goiás enfatiza que:

"Os impactos negativos das atividades de mineração podem comprometer as condições de manutenção da vida daqueles que dependem da pesca, caça, agricultura ou extrativismo, ações básicas para se sobreviver no campo, além destes aspetos há também a degradação das relações de trabalho e saúde dos trabalhadores. Fica evidente que os conflitos territoriais são inevitáveis, uma vez que os interesses são distintos e contraditórios." (Da Silva, 2016: 5)

A realidade descrita na citação é similar a de Cabo Delgado uma vez que os conflitos territoriais podem ser justificados pela disparidade de interesses entre os exploradores artesanais e os "chamados legais", por outro lado, vivendo da pesca e da agricultura com os reassentamentos a comunidade teve que se adaptar a novas realidades facto que certamente trouxe desconforto na socialização e sobrevivência desta.

Tendo sido feita a abordagem dos megaprojetos na perspetiva ambiental, onde para além de conceitos fez se a abordagem dos impactos ambientais é importante compreender em que medida estes poderão intervir no desenvolvimento socioeconómico dos residentes em Cabo Delgado, em particular aos deslocados internos por causas naturais.

4.1 IMPACTO SOCIOECONÓMICO DOS MEGAPROJETOS EM CABO DELGADO

As mudanças evidentes no país e nas províncias, em particular Cabo Delgado, nos incitam a avaliar qual tem sido a contribuição destas empresas na vida da comunidade circunvizinha, uma vez que assumimos que esta afeta e é afetada pelos serviços e/ou produtos manuseados pelas instituições.

Segundo Castel-Branco (2008) a contribuição dos megaprojetos para economia nacional está relacionada com o seu peso no investimento, emprego, produção e comércio e a capacidade de a economia reter parte da riqueza produzida. O autor sustenta ainda que "Esta retenção faz-se por via das ligações estabelecidas entre o megaprojeto e a economia, pois estas ligações permitem multiplicar investimento, redistribuir rendimento, promover consumo e melhorar as capacidades produtivas". (Castel-Branco, 2008: 4)

É olhando para esta ligação do megaprojeto e da economia que se circunscreve a necessidade de compreender se existe ligação entre o nível de investimento e geração de emprego e comercio para a comunidade local. Ademais, falar de redistribuição de rendimentos em Moçambique é questionável pois temos exemplos práticos de incompatibilidade entre recursos existentes e condições de vida da comunidade: o exemplo evidente relaciona-se a exploração e exportação de madeiras que contradiz o nível de condições das escolas locais, caracterizadas pela falta de carteiras; ainda nesta vertente podemos citar o custo de energia local em relação aos países beneficiários da energia de Cahora Bassa e até a falta desta em algumas comunidades locais considerando que Moçambique constitui um dos maiores exportadores de energia; o custo da

castanha de caju e camarão, entre outros recursos existentes cujos beneficiários locais encontram dificuldades de aceder aos mesmos.

Pode-se até falar da multiplicação de investimento e melhoria das capacidades produtivas mas quando olhamos para redistribuição de rendimentos e promoção de consumos, entramos aí na questão de sustentabilidade dos megaprojetos e responsabilidade social dos mesmos.

Ao nível nacional são visíveis as contribuições dos megaprojetos na economia do país, entretanto Castel-Branco (2008) reitera que apesar disto:

Em muitos casos este esforço local é mais de compensação do que de desenvolvimento e é mais útil para reforçar a imagem e a influência da empresa do que para resolver;

A maioria das infraestruturas criadas são entregues ao Estado para utilização social, por serem adequadas à prestação de serviços públicos.

Há casos em que as dívidas comunitárias dos megaprojetos são uma alternativa a pagar impostos e/ou a engajar a comunidade, de facto, na gestão dos recursos e oportunidades de desenvolvimento locais.

Olhando para a abordagem do autor, compreende-se que há necessidade de se criar condições de sustentabilidade dos projetos sociais empreendidos para a comunidade de modo que estes não se resumam apenas em benfeitorias momentâneas, mas em estratégias de melhoria de condições de vida da comunidade local. Ademais, coloca – los sob a gestão do estado para o autor significa imputar mais responsabilidades económicas que provavelmente podem ressentir-se no orçamento do estado.

Cunha (2019) falando sobre as transformações económicas e sociais em Cabo Delgado devido a emergência dos megaprojetos afirma que:

"Os projetos de exploração dos jazigos de gás do norte da província, na bacia do rio Rovuma, junto à fronteira com Tanzânia, por causa de diferentes empresas transnacionais, estão a provocar a falta de acesso aos recursos naturais vitais das comunidades costeiras e à sua deslocação, ao mesmo tempo que as autoridades locais estão a adquirir as suas propriedades e a fixar zonas de exclusão reservadas para inversores estrangeiros". (Cunha, 2019: 6)

Antes de falar dos impactos socioeconómicos dos megaprojetos sobre os deslocados internos por causas naturais podemos nos referir aos deslocados derivados pelos megaprojetos aos quais Cunha (2019: 17) chama de "deslocações forçadas, ao invés de reassentamentos". A respeito disso a autora afirma que a "extração de minerais é normalmente acompanhada de conflitos, roubo de terra e água e destruição ambiental o que contribui para mudanças climáticas descontroladas com impactos significativos para as suas populações de baixos rendimentos."

A citação da autora acima destacada sistematiza o que a Província de Cabo Delgado está a viver. Observamos conflitos armados que de certa forma estão associados aos recursos naturais e de igual modo o ciclone que devastou não só esta província, como também as outras províncias costeiras (Nampula, Beira, Zambézia) que igualmente são ricas em recursos. Os impactos ainda são apontados pela autora citando a Wise (2018).

"Tem havido uma transferência maciça dos benefícios gerados pelas atividades extrativas para as corporações internacionais gerando a subida da desigualdade, a emergência de conflitos violentos, a erosão da democracia, a deslocação forçada de muitas pessoas e o desrespeito sistemático pelas condições de vida materiais e espirituais das populações e o esbulho dos territórios" (Cunha, 2019: 23).

Nesta citação podemos relacionar ao tema que faz referência as condições dos deslocados internos e igualmente do desenvolvimento económico sustentável destes, pois a condição de vida das comunidades abrangidas pelos projetos é inversamente proporcional ao nível de recursos extraídos e aos proprietários das empresas que exploram estes recursos. Ademais, as políticas direcionadas a eles geralmente não são concebidas tendo em conta os objetivos económicos a longo prazo.

Olhando sobre a perspectiva económica dos megaprojetos na realidade Brasileira Da Silva (2016) reitera que:

"A inclusão do Brasil no circuito produtivo internacional como mero exportado de matéria-prima, coloca a país numa situação de atraso no meio industrial, fato evidenciado nos últimos anos em decorrência do esfriamento da indústria internacional de transformação, ou seja, coloca em cena o processo de crescente reprivatização da economia. Os recursos minerais são transformados em commodities, e estão relacionados à busca desenfreada por lucros rápidos e dependentes das determinações internacionais das grandes corporações e das oscilações do mercado mundial, conforme a lógica do capital, os lucros são privados e os prejuízos são coletivos." (Da Silva, 2016: 6)

É impossível não relacionar os argumentos acima citados com a realidade moçambicana visto que a pretensão de lucratividade imediata e exploração olhando para os ditames internacionais não conferem autonomia industrial a Moçambique no processamento da variedade de matérias – prima existentes, fazendo com que algumas individualidades (vestindo a figura de sócios das organizações) lucrem em detrimento dos ganhos coletivos. Este posicionamento pode ser justificado pela abordagem de Gomes et all (2015) quando avança a possibilidade de a partir do gás se impulsionar uma política nacional de industrialização para reforçar a médio prazo o tecido económico gerador de valor e emprego.

Se tivermos que considerar o impacto dos megaprojetos na geração de empregos na comunidade local é necessário que se criem possibilidades ou políticas que garantam a integração destes. Quando não acontece, encontramos situações similares as citadas por Monié (2019) quando se refere ao agravamento das desigualdades sociais e a emergência de novas formas de segregação territorial.

"Em Pemba, observa-se, por exemplo, um crescente sentimento de frustração diante da inacessibilidade do mercado de trabalho para os grupos mais pobres e menos formados da população local. Os trabalhadores vindos de Maputo e do exterior são acusados de apropriar-se a maioria dos empregos, fenómeno que alimenta um clima de tensões latentes e faz ressurgir clivagens tradicionais" (Monié, 2019: 2).

5. CONCLUSÃO

I. A cooperação das organizações com as faculdades seria uma das saídas para minimizar estas desigualdades, na medida em que permitiria a formulação de cursos profissionalizantes que respondessem as demandas.

II. Parcerias e cooperação nacionais e internacionais como estratégias de privatização dos lucros dos megaprojetos ao invés de serem fontes de renda dos desfavorecidos também seria uma saída

III. Concepção de políticas sustentáveis para a comunidade local, dos deslocados internos em particular seria saída para minizar impactos ambientais e económicas;

III. A Observação da Democracia Ambientais, ou seja, acesso a informação, Justiça e tomada de decisão dos Megaprojetos (Meloni & Machanguia, 2020) aliada a abordagem de Gomes et all (2015) quando afirma que impacto destes sobre o desenvolvimento baseia-se no respeito pelos enquadramentos legais e institucionais do país. "As empresas podem desempenhar um papel construtivo e ativo nestes processos, com base na transparência e comunicação aberta com os outros atores e numa compreensão estratégica da prevenção de conflitos e riscos políticos e sociais."

Em última instância, os impactos socioeconómicos dos megaprojetos em Cabo Delgado remetem reflectir sobre a postura que as organizações têm tido no processo de desenvolvimento das suas

atividades. Assim, interessa compreender se as suas atividades têm sido desenvolvidas tendo em conta aos preceitos do desenvolvimento da sustentabilidade.

6. REFERÊNCIAS

- AA.VV. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravidia Publicações Lda.
- Ávila, F, A, F. & Pereira, R,C,M. & Boas, A, A. (s/d). Responsabilidade social como estratégia utilizada na busca da liderança de mercado: o caso de uma indústria multinacional do ramo de pneumáticos. III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia
- Ávila, L. V. & Morcelli, A. R. (2016). *Responsabilidade Social*. Santa Maria – RS
- Castel-Branco, C. N. (2008). *Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Maputo
- Cunha, T. (2019). Cabo delgado (moçambique): a terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come. Associação de Investigação pela Paz GernikaGogoratz.
- DA Silva, A, F. (2016). *Efeitos Socioambientais dos Megaprojetos de Mineração em Catalão/Ouvidor, Goiás*.
- Feijo, J (2015). *10 anos em reflexão*, Maputo: Justiça Ambiental em Moçambique.
- Ferreira, S. D. S. (2012). *O novo cluster da cooperação: A responsabilidade social como ferramenta comum do sector público e privado. (O estudo de caso de uma empresa petrolífera em Moçambique e o seu discurso ético na área da saúde)*. Lisboa
- Gómez, J. M; Sánchez, E; Casaldàliga, N&RudyMartínez, R. (2015). *Responsabilidade social, empresa e desenvolvimento apontamentos para moçambique*.
- Hinnawi E, E, (1985). *United Nations Environmental Programme*. Nairobi. Kenia. ISBN : 92-807-1103-2.
- Massapa, S. J. (2017). *Responsabilidade social e desenvolvimento económico: uma análise do consórcio de gás natural em moçambique*. Lisboa
- Monié, F. (2019). *Inserção de Moçambique na globalização: riscos, desafios e dinâmicas territoriais*. *Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v.03, n.03, Outubro de 2019. Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Mussagy, I. H. (2013). *Os mega-projectos em moçambique: a conclusão precipitada que pode condenar moçambique ao fracasso?*
- Meloni & Machanguia (2021). *A Democracia Ambiental Em Moçambique. Congruências Legais e Contradições Práticas*. 1ª Edição. Generis Publishing.
- Lakatos, E. M& Marconi, M. de A. (1995) *Como fazer um trabalho Científico*, São Paulo: Atlas.
- OFRICE, L. D. (2014). *A Responsabilidade Social Corporativa: O papel das empresas transnacionais para o desenvolvimento local - O caso de Moçambique (2009-2014)*. Lisboa
- OIM (2021) - *Estratégia de Moçambique 2021–2023*. Moçambique
- Nação Unidas para o Desenvolvimento. *A Global Report.Reducing Disaster Risk.(s/d). A Challenge for Development*.
- Organização das Nações Unidas. *Declaração de São José sobre Refugiados e deslocados internos (1998)*. Dezembro de 1994. América Central e Panamá.
- Oliveira, O. O. (2012). *Valor Económico do Voluntariado no CNE – Corpo Nacional de Escuta*. Lisboa. Edição 1.

- ONU.Guiding Principles on Internal Displacement.(1998). Economic and Social Council.
- ONU- Guiding Principles on Internal Displacement.(2004) OCHA. September. Principle 2: 1, 2
- ONU (1951). Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto de Refugiado.
- Peterson, 1968. A Migração. Brasília. 4ª Edição
- Rabêlo, O, da S. & Bernardo, D, C dos R. (2008). Gestão com responsabilidade social e seus impactos financeiros: desafios da micro indústria shalon fardamentos.
- REIA (2014). Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado. Relatório final do EIAvolumes I &II. Ref. do Projecto: 0133576
- Rocha, A. G. G. (s/d). Responsabilidade Social – uma abordagem estratégica.
- Serra, C. M; Dondeyne, S. & Tom Durang, T. (2012). O Meio Ambiente em Moçambique Notas para reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro. Maputo